

# DOS MODOS DE EXISTÊNCIA DAS TECNOLOGIAS:

## UM TRABALHO SEM FIM

*Tania Mara Galli Fonseca*\*

*José Mário Neves*\*\*

*Fernanda Spanier Amador*\*\*\*

*Patrícia Gomes Kirst*\*\*\*\*

### RESUMO

*Este texto problematiza os impasses contemporâneos da produção capitalista e indica uma nova imagem para o trabalho, a partir das reflexões sobre o processo de gestão e sobre as formas de acoplamento de conjuntos de tecnicidade, com sua conseqüente máquina de subjetivação. Com Simondon, propomos restituir às chamadas tecnologias duras um lugar no pensamento, recriando possibilidades de novas formas de relação homem-máquina. Com Negri e Hardt, discutimos o processo de gestão baseados no conceito de multidão, que aponta para o poder transformador de uma rede alicerçada em novas tecnologias de relacionamento, como um espaço de trabalho móvel, flexível e não-hierárquico.*

*Palavras-chave: tecnologia; relação homem-máquina; redes; subjetivação; gestão do trabalho.*

---

\* Psicóloga, Doutora em Educação/UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Docente nos programas de pós-graduação em Psicologia Social e Institucional e em Informática na Educação/UFRGS. Desenvolve pesquisas nas linhas Clínica, Subjetividade e Política e Interfaces Digitais em Educação, Arte, Linguagem e Cognição. [www.corpoarteclinica.cjb.net](http://www.corpoarteclinica.cjb.net) Endereço: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Psicologia UFRGS, Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional. Ramiro Barcelos, 2600 - Sala 13 – Santana. CEP.: 90035-003 - Porto Alegre, RS.  
*E-mail: tfonseca@via-rs.net*

\*\* Psicólogo, Mestre em Psicologia Social e Institucional/UFRGS, autor do livro “A Face Oculta da Organização: a microfísica do poder na gestão do trabalho”. Doutorando em Informática na Educação/UFRGS. Consultor de Recursos Humanos.  
*E-mail: jmario.neves@gmail.com*

\*\*\* Psicóloga, Especialista em Saúde Mental Coletiva, Mestre em Psicologia Social e da Personalidade, doutoranda em Informática na Educação/UFRGS, desenvolvendo pesquisas na linha Interfaces Digitais em Educação, Arte, Linguagem e Cognição e Docente do Departamento de Psicologia da UNISC - Universidade de Santa Cruz do Sul.  
*E-mail: feamador@uol.com.br*

\*\*\*\* Psicóloga, Mestre em Psicologia Social e Institucional/UFRGS, Doutoranda do Programa de Informática na Educação, Docente do Curso de Psicologia ULBRA - Universidade Luterana do Brasil e Consultora de Recursos Humanos.  
*E-mail: pgomes.voy@terra.com.br*

## FROM MODES OF TECHNOLOGY EXISTENCE: THE WITHOUT END WORK

### ABSTRACT

*This text renders problematic of contemporary impasses of capitalist production and indicates a new image of work, from the reflexions about management process and about the ways of joining of technicality conjuncts, with its consequent machinery of subjetivation. With Simondon, we propose reconstitute the so called hard technologies in a place on thought, recreating possibilities of new ways of relationship man-machine. With Negri e Hardt, We debate the process of management based in the concept of multitude that points to the changing power of a net founded on new technologies of relationship, as a movable work space, flexible and not hierarchical.*

*Keywords: technology; relationship man-machine; nets; subjetivation; work management.*

### I - O AMBIENTE ORGANIZACIONAL DA PÓS-MODERNIDADE E AS TECNOLOGIAS DO TRABALHO

O mundo do trabalho está sob o impacto de profundas transformações que são efetivadas numa velocidade estonteante – nem bem as modificações entram em processo de implantação e já surgem novas pressões e projetos de mudanças, novas modas e novos conceitos, impondo uma plasticidade às organizações e às pessoas que muitas vezes extrapola o limite do suportável. Para efeitos de análise, podemos delinear duas tendências que parecem ser os propulsores e principais campos de atualização destas mudanças: a) as transformações “macropolíticas” e econômicas que caracterizam o atual período histórico; b) as transformações dos processos de produção.

A respeito do primeiro campo, o das relações “macropolíticas” e econômicas internacionais, destacamos o fato de que essas têm como componente central a profunda alteração das relações de força entre o capital financeiro e os Estados nacionais, em detrimento destes. Na medida em que o capital se internacionaliza, mas os “fundos públicos” permanecem restritos à esfera nacional, o capital financeiro internacionalizado escapa ao controle das comunidades políticas nacionais, ganhando autonomia e maior capacidade para impor seus interesses aos Estados. Conforme Boaventura de Souza Santos (1998), este quadro de desequilíbrio na relação política do capital com o mundo do trabalho no âmbito das comunidades nacionais foi acentuado pela derrota histórica do projeto revolucionário. Assim, o capital não precisa mais fazer concessões que viabilizaram o estado de bem estar social, na medida em que não existe mais o risco da revolução.

No campo das transformações dos processos de produção, a introdução maciça de novas tecnologias, especialmente na área da informática, automação e telecomunicações, impactou profundamente o processo de trabalho. O impacto destas transformações deu grande visibilidade para as tecnologias que, com Merhy *et al.* (1997), podemos chamar de “tecnologias duras”<sup>1</sup>; mas consideramos necessário não deixar de considerar também as tecnologias por ele denominadas de “tecnologias leves”, como os novos processos de gestão. Estes buscam ampliar a responsabilidade do trabalhador sobre o seu trabalho, através do controle e cobrança de resultados – avaliação de desempenho, sistema de indicadores de resultado, remuneração por produtividade –, sem proporcionar uma efetiva ampliação de autonomia.

A combinação destas duas macro-tendências criou as condições para a implantação em larga escala de políticas neoliberais, com o ataque direto a um conjunto de direitos sociais, a redução massiva de postos de trabalho e a implantação de novas formas de precarização das relações de trabalho, implementadas sob o rótulo de “flexibilização”. A reestruturação produtiva decorrente destas transformações materializou-se na substituição do modelo taylorista-fordista pelo modelo de produção intensiva flexível.

Estas mudanças implicaram em profundas transformações no mundo do trabalho. Conforme Lazzarato e Negri (2001, p. 25), com o fim do operário fordista surge um operário caracterizado pelo conceito de “interface”, cujo trabalho define-se pelas funções de controle, de gestão da informação e pela capacidade de decisão “que pedem o investimento na subjetividade”.

Nesse novo contexto, o que as organizações buscam no trabalhador não é mais a força, conforme ressaltava o conceito de “força de trabalho”, nem o controle do corpo obediente (o corpo dócil e disciplinado, examinado por Foucault); mas a “alma” – as produções do espírito, como o conhecimento, a criatividade, a inteligência, o engajamento subjetivo, a responsabilidade –, conforme observam Negri e Hardt (2001, p. 11) a respeito da transição do fordismo ao pós-fordismo: “Não é mais um corpo que pode ser posto a trabalhar, não é mais uma alma que pode viver independentemente de valores e paixões. Desta vez é a alma que é posta a trabalhar, e o corpo, a máquina são seu suporte”.

No modelo taylorista-fordista, as organizações objetivavam extrair a força necessária para mover a produção, tendo, por isso, seu foco no corpo dos trabalhadores e sua “tecnologia gerencial” direcionada à obtenção de disciplina e de obediência (hierarquia, controle, separação pensar/executar), pois se tratava de domesticar e fazer o corpo operar (o “operário”). Na contemporaneidade, conforme assinalam Negri e Hardt (2001, p. 29), “não é mais possível imaginar a produção das riquezas e dos saberes sem passar pela produção de subjetividade”, de forma que as organizações estão colocadas diante do desafio de inventar novas tecnologias de gestão, pois controle, disciplina e obediência não geram conhecimento, criatividade, inteligência coletiva, engajamento subjetivo, responsabilidade. Vemos, nessa transição do fordismo para o pós-fordismo, a passagem

das formas sociais da sociedade disciplinar para a sociedade do controle, como a que Negri e Hardt (2001) caracterizaram ao analisar a nova ordem política da globalização denominada Império.

O complexo e doloroso processo de transição da sociedade disciplinar para a sociedade do controle no mundo do trabalho tem se realizado com um custo social extremamente elevado, especialmente para os trabalhadores que sofrem diretamente as conseqüências do desemprego, da pressão pela intensificação do ritmo do trabalho, da coação produzida pelas novas formas de gestão, da precarização das relações de trabalho e da perda de direitos. Neste quadro, ao lado do aprofundamento dos evidentes sinais de crise social, de aumento da violência e da exclusão, temos o agravamento de antigas doenças e o surgimento de “novas agressões sobre o aparelho psíquico dos trabalhadores e sobre seus corpos”, conforme observa Merlo (2004, p. 8).

Por outro lado, a inclusão da produção de subjetividade como um componente importante do processo de produção impõe algumas contradições fundamentais para a gestão capitalista do trabalho. A racionalidade instrumental, que embasa a concepção taylorista/fordista de organização do trabalho, é incapaz de produzir uma subjetividade rica e criativa, como a requerida pela atual forma de produção (que exige inventividade, comprometimento, sensibilidade afetiva, flexibilidade, mobilidade), sendo necessário o que podemos chamar de uma “racionalidade ampliada”, na qual a relação do trabalhador com o processo e os meios de trabalho deve ser repensada numa lógica alo e autopoietica<sup>2</sup>. Cabe também assinalar que o desenvolvimento desta subjetividade enriquecida e conectada com a vida em escala de massas, necessária para impulsionar a produção atual, representa um grande risco para os estreitos objetivos capitalistas de vampirização da potência de vida e produção de mercadorias – é o fantasma da rebelião<sup>3</sup> que volta a rondar.

Estas transformações colocam impasses que podem apontar para a possibilidade de invenção de novas formas de conceber a gestão do trabalho e para a superação da razão instrumental que tem orientado os modos de existência da tecnologia no processo de produção capitalista, abrindo um campo de possíveis para novos modos de conceber o trabalho.

Não se trata de elidir o contexto daquilo que atualmente se considera como progresso. Sabemos que a máquina capitalística se insere nos mais refinados meandros da vida e busca, ali, ao encontrar insuspeitadas forças pulsantes, livres, extrair-lhes a potência para a reprodução do capital e de seus modos de sujeição. Acreditamos mesmo que é nesse embate que precisamos nos situar. Afastar as tecnologias de nosso olhar – sejam as tecnologias duras da revolução tecno-científica, sejam as tecnologias leves de gestão – pode significar deixar-se engolir e alienar pelas mesmas, adotando-as como imposição inequívoca. Reduzir o trabalho ao uso instrumental de ferramentas, máquinas e equipamentos avaliza o profundo mergulho em processos de alienação, em que podemos perder a consciência de estarmos vivos e ativos, e - simples e amarguradamente - subordinados às engrenagens maquinicas nas quais o nosso modo de existência se produz.

Sabemos da existência dos chamados trabalho prescrito e trabalho real. O trabalho prescrito é aquele indicado e regrado pela organização, de modo a determinar os procedimentos, a utilização de tecnologias, os usos do tempo, buscando regular, assim, o trabalhar. O registro e a transmissão da prescrição podem ser oral, escrito ou mesmo implícito. Por seu lado, o trabalho real é aquele que de fato é realizado, operado e vivido. A distância entre trabalho prescrito e real dimensiona a complexidade do discurso institucional, dando lugar à mediação do sofrimento e à flexibilização das defesas que neste espaço pode emergir. É precisamente no intervalo entre o trabalho normatizado e a trabalho efetivo que se forma a autoria, a atividade ética que reinventa o corpo, a técnica e a existência, de modo a manter o trabalhador na esfera produtiva. Implicados na história das relações de trabalho, da evolução das ocupações especializadas e dos conjuntos técnicos<sup>4</sup>, os trabalhadores passam a concretizar a atividade como sujeitos coletivos, portadores e depositários de toda uma história que ultrapassa sua própria biografia. O corpo que trabalha se revela coletivo, habitado pelas multidões de variações técnicas e subjetivas, corpo-histórico, corpo-memória, no qual o passado se redobra em potências de devir.

Mais do que o corpo-rememoração, defrontamo-nos com o corpo problemático que busca diferir e produzir diferença, ao fazer a história do presente. Reúne, em si, aberturas para ultrapassar-se e recriar-se, operando desde um plano de composição que desconcerta o que está organizado e que se relança para o plano de um vitalismo criador e arranjador de resoluções possíveis às condições que lhe são imanentes. Produção de produções, eis o que ocorre no âmbito dos processos de trabalho: ao buscar realizar suas atividades laborais, acoplados a equipamentos e a procedimentos de gestão e de administração de sua força de trabalho, os trabalhadores, em seu conjunto e em particular, erigem a produção da história do presente, investida de operações ativas que podem atestar a força de seu pensamento, de sua historicidade e das condições que se lhe agregam para concretizar a ação laboral.

Como se pode perceber, é no acoplamento de conjuntos de tecnicidade – de equipamentos e de gestão – que a maquinação da subjetivação se produz, podendo-se produzir, neste intervalo de indiscernibilidade, neste *intermezzo* do trabalho prescrito e do trabalho real, da subordinação formal e da real, os múltiplos caminhos da resolução possível exigida pela atividade laboral.

Gostaríamos, portanto, de frisar que é nosso intento lançar um olhar aos conjuntos técnicos que, comportando níveis de tecnicidade em contínuo desenvolvimento, se fazem presenças desafiadoras ao plano da atividade laboral, abarcando tanto sua faceta de tecnologia dura quanto de tecnologia leve. Buscamos, desta feita, entrelaçar processos de naturezas diversas que atuam na produção da atividade, conferindo ao processo de trabalho uma certa enigmaticidade, uma vez que nele operam processos equívocos e distantes daquilo que podemos chamar de vontade consciente do produtor.

## II – OS PROCESSOS ALO E AUTOPOIÉTICOS DAS RELAÇÕES HUMANOS E MÁQUINAS

Partimos do reconhecimento de que o que tem sido entendido como tecnologia, nos dias de hoje, corresponde ao conjunto técnico dos equipamentos que instrumentalizam o trabalho, relegando o conjunto técnico ao plano utilitário, sem que o mesmo possa aceder ao estatuto civilizatório do qual é ao mesmo tempo efeito e causa. Consideramos relevante apontar, como nos indica Gilbert Simondon (1989), a necessidade de introduzir, no debate cultural e científico, a consciência da redução a que relegamos o mundo da tecnicidade, destituído, pois, da visão que nos permitiria considerá-lo como expressão concreta dos movimentos do pensamento humano, engenhoso e criador. Adotamos a posição de restituir às chamadas tecnologias duras um lugar no pensamento, criadas que são a partir de processos alopoiéticos que se relançam sobre o fazer humano, recriando possibilidades de abertura para novas formas da relação homem-máquina. Da mesma forma, conforme referimos anteriormente, consideramos importante tecer à nossa discussão os procedimentos de gestão, que corresponderiam ao pólo que sobejamente tem ocupado as ciências humanas e da saúde e que podem ser associados às tecnologias leves.

Desta forma, ao discernir sobre modos de existência de conjuntos de tecnologias no mundo do trabalho, buscamos introduzir nossa discussão em nível mais complexo, no qual a associação daquilo que podemos chamar de inumano, porque tratado sob a mera aparência de máquina, poderá nos propiciar o reconhecimento de intrincadas relações entre os diferentes planos tecnológicos (duros e leves), todos produzidos pelo engenho humano e necessariamente ligados às forças da evolução criadora.

É verdade que temos reconhecido nossa atualidade como indissociada da evolução das tecnologias. Temos, ainda, enfatizado a potência das máquinas na produção de nossos modos de subjetivação e de inteligência. Entretanto, parece-nos claro que nossa posição ainda se constitui desde um olhar que dissocia da vida a chamada tecnologia dura. Alimentamos, em relação às máquinas, uma concepção apartada e binária que as situa ora como aliadas, ora como inimigas. De um modo geral, o que fazemos reduz-se ao binarismo de que somos seus senhores ou de que elas nos escravizam. Não lhes concedemos funções criadoras. Subtraímos-lhes a potência maquinica de nos serem associadas e fundamentais nos nossos modos de trabalhar e subjetivar. Mais do que máquinas, propriamente ditas, buscaremos enfocar a dimensão de tecnicidade da qual elas se tornam objetos concretos. As máquinas, aqui, são revestidas da paixão que nos fala da gana criadora do pensamento humano. É a partir de nós problemáticos presentes no seu funcionamento, que elas defrontam-nos com desafios de encontros que as fazem evoluir criadoramente, movidas e moventes pela busca de resolução às saturações sistêmicas identificadas. Novos patamares tecnológicos se concretizam em novos arranjos técnicos, dando a ver a indissociável relação auto e alopoiética, na qual homem e máquina lutam contra a morte e a paralisação, produzindo alianças amigáveis, pelas quais o mundo e os homens se desdobram em novos possíveis.

A civilização cibernética relança, hoje, o próprio viver como produção do amálgama dos humanos com a tecnologia. Somos todos ciborgues e vivemos o ocaso das concepções que tomavam as máquinas como nossas adversárias e rivais. A partir de nossa interface - constante e múltipla - com as mesmas, constitui-se um lugar em que nos tornamos suas testemunhas, leitores e agentes de percepção. Homens-máquinas realizam relançamentos recíprocos movimentados a partir daquilo que se pode denominar de zona de indeterminação característica de sua natureza e condição. Tanto homens quanto máquinas podem ser considerados como seres em devir, em processo perpétuo de individuação, sendo que sua evolução de natureza criadora inscreve-se num plano vasto que ultrapassa o ser substancializado, para lançar-se nos domínios do coletivo e no das transindividuações. Teríamos, aqui, os processos alo e autopoieticos em correspondência e simbiose, que nos fala Guattari (2003).

Consideramos, com Gilbert Simondon (1989), que cada indivíduo, humano ou técnico, faz-se a partir de sucessivas individuações, que lhe permitem resolver estados problemáticos derivados das incompatibilidades produzidas do seu próprio funcionamento. Seus desarranjos são, portanto, móvel para novas regulagens e mutações, não sendo considerados desde uma perspectiva negativa. São tomados e acolhidos como imanentes aos processos em ação, sendo considerados, em um primeiro momento, como tensão e incompatibilidade a ser superada. Mas, ao prosseguirmos com o filósofo, reconhecemos igualmente que é a partir desta mesma incompatibilidade ontogenética que se desloca a imensa riqueza potencial intrínseca ao plano transindividual, virtual e abstrato de cada indivíduo humano ou técnico. Desta forma, poder-se-ia dizer que o estado de maior desequilíbrio ontogenética dos indivíduos, corresponderia ao de um equilíbrio metaestável que os relança às excitações de um plano pré-individual (virtual) que lhes concerne e que pode nos liberar da antiga noção de boa forma, uma vez que esta passa a ser utilizada como a forma significativa, ou seja, a que estabelece uma ordem transdutora no interior de um sistema que comporta potenciais.

Não possuindo uma unidade estável de identidade, ambos, homem e máquina, podem defasar-se em relação a si mesmos, ultrapassando-se. A individuação, como resolução parcial à problemática em ação, pode ser considerada como o devir do ser, sem que com isso se esgote suas possíveis significações e transformações. Pensar a evolução dos seres humanos e dos seres técnicos passa a significar, pois, um determinado modo de progresso que consiste em seguir o ser em sua gênese, em efetuar a gênese do pensamento ao mesmo tempo em que ocorre a gênese do objeto.

Situamo-nos no ponto de contato entre humanos e máquinas, explorando as peculiaridades deste processo no que tange aos modos de subjetivação e aos modos de trabalhar produzidos nesta conexão. Nosso foco, neste momento, recai sobre a relação dos humanos com uma espécie de movente das máquinas, uma certa zona de indeterminação que lhes é imanente, pensando por aí, a respeito da peculiaridade cognitiva e subjetiva dos trabalhadores implicada neste processo.

Tal esfera movente liga-se ao que definimos como maquinarias tecnológicas, essas relativas a uma dimensão operatória com as tecnologias a favor de processos heterogenéticos<sup>5</sup> que, por acoplamento, transformam os dois pólos da relação humanos-máquinas. Trata-se de um movente que, entendido enquanto zona de indeterminação das máquinas (SIMONDON, 1989) convoca um acesso aos virtuais (DELEUZE; PARNET, 1998) do trabalho capazes de servir à reinvenção de seu real e do si mesmo do trabalhador, por implicar em dramáticas dos usos de si, numa convocação subjetiva e cognitiva peculiar, próxima ao que se define como Tecnologia da Inteligência (LÉVY, 1993).

Assim, seria pertinente falarmos em um humanismo para as máquinas? Caberia pensarmos em termos da existência de uma força criativa, de um impulso vital, de um motivo de auto-realização e crescimento no universo das máquinas? Haveria, em determinados momentos, uma ligação com os humanos que daria impulso para liberação desta energia, dando-lhe campo para atualizar-se na criação? Para Simondon, sim.

Traçando um percurso a respeito do modo de existência dos Objetos Técnicos (OT), Simondon (1989) deixa entrever uma espécie de intuicionismo e até mesmo de um vitalismo nas máquinas, os quais as guindam a um estatuto de quase-corpo, esse entendido enquanto centro de afecção e de captação das forças do mundo. O OT figura para o autor, como uma unidade de devir, que evolui convergindo e adaptando-se a si mesmo. Resultando das incompatibilidades que residem em seu próprio funcionamento e derivando das saturações/esgotamentos aí presentes. Como corpos, os OT seriam centros de passagem de forças que enquanto virtuais em curso de atualização, valem-se, especialmente, de uma espécie de *élan vital*.

Assim, a noção de progresso técnico rompe com perspectivas finalistas cujos objetivos seriam pré-fixados. Em lugar disto, ele advém de uma espécie de (in)volução, ou dito de outro modo, de evolução criadora, por mostrar-se dependente de um processo permanente de sua (re)invenção. Utilizando uma linguagem bergsoniana, é como se o OT fosse portador de uma força problematizante que o faz incompatibilizar-se consigo próprio, desmanchando sua ordem pela força do tempo<sup>6</sup> que o força a diferir de si mesmo.

Simondon reconhece, então, a existência de uma espécie de imanência das máquinas, quando manifesta um esforço de aproximação entre vida e máquinas propondo o conceito de tecnicidade dos objetos, o qual se refere mais do que a uma qualidade de uso por designar uma zona de heterogeneidade progressiva, que se situa num intermediário entre forma e matéria. Um intermediário que, enquanto fundo chamado Meio Associado, acolhe um dinamismo das formas; um meio prenhe de virtualidades, de potenciais, de forças que caminham, podendo ganhar forma num plano de atualidades.

Neste rastro, encontramos o emprego de dois termos que revelam, mais uma vez, a proximidade com a filosofia bergsoniana: instinto e intuição aparecem como sendo dois coeficientes necessários ao estabelecimento de uma comunicação conveniente entre o homem e o ser técnico, aqui destacado enquanto má-



quina. Em Bergson, instinto refere-se à comunhão, enquanto intuição significa, primeiramente, consciência imediata, visão que quase não se distingue do objeto visto. Quando pensados no âmbito dos OT, tais formulações apontam para uma espécie de capacidade de entendimento de si mesmo, operado quase sem tradução, a qual caberia à inteligência acionar. Por outro lado, quando pensados sob o ponto de vista da relação homem-máquina, apontam para as esferas necessárias ao cumprimento da tecnicidade dos OT, já que para Simondon ela não se cumpre plenamente sem o Homem.

Deste modo, o autor aponta para uma peculiaridade dos OT: abarcar um movente em si mesmo, ou, dito de outro modo, habitar um movente do mundo. Além disto, sugere elementos para refletirmos a respeito da peculiaridade cognitiva dos humanos em acessar, especialmente, a tal esfera. Afinal: como acompanhar o movente das máquinas senão pela sensibilidade e por uma determinada atenção que seja capaz de sintonizar com as suas virtualidades? Como acompanhar o movente das máquinas senão por certo desmonte do esquema cognitivo humano? Um desmonte que lhe permita abrir-se às forças do presente para virtualizar as máquinas e reinventá-las?

No caso das situações de trabalho que envolvem máquinas informatizadas, para dar conta de acessar ao movente das máquinas, àquilo que escapa às posições definidas, inclusive, pela programação, parece-nos pertinente pensar que o trabalhador implica-se subjetiva e cognitivamente numa duração maquinaica, instaurando uma espécie de plano de imanência com as máquinas de onde extrai forças para produzir-se nesse processo, também a si mesmo, diferentemente.

Embora também seja necessário o emprego da inteligência<sup>7</sup> para captação das máquinas em sua plenitude, essa apenas consegue acessar àquilo que figura como imobilidades nestas: seus pontos fixos no processo e suas posições. Desse modo, para criá-la, para reinventá-la, para dar conta de seus limites de programação, é necessária a convocação de uma força cognitiva que ultrapasse, inclusive, o âmbito do que Lévy (1993) define como Tecnologia da Inteligência. Esta, segundo o autor, refere-se à transformação das tecnologias em ferramentas que auxiliam e configuram o pensamento, tendo nele, portanto, um papel constitutivo.

Assim argumentamos, pois a invenção das máquinas, que é criação dos homens, supõe o conhecimento intuitivo da tecnicidade dos elementos: a invenção se cumpre neste nível intermediário entre o concreto e o abstrato, que é um nível de esquemas. Refere-se, portanto, a uma dinâmica imaginativa e não exatamente performatizada do pensamento que já sabe antecipadamente.

Para o autor, a imaginação não é somente faculdade de inventar ou de suscitar representações para além da sensação. É, também, capacidade de perceber, nos objetos, certas qualidades que não são práticas, que não são nem diretamente sensoriais nem inteiramente geométricas, que não remetem nem à pura matéria nem à pura forma, mas que estão nesse nível intermediário.

É assim que a imaginação técnica pode ser definida por uma sensibilidade particular à tecnicidade dos elementos, sendo essa sensibilidade à tecnicidade que permite a descoberta de montagens possíveis. Homem e natureza criam um meio tecno-geográfico, o qual não é possível sem a inteligência humana, porém, é menos possível ainda, sem o emprego de uma função inventiva de antecipação que não se encontra nem na natureza, nem nos OT: trata-se de uma obra de vida para dar um salto em direção a novas formas.

Considerando que as técnicas fazem algo bem diferente do que simplesmente transportar trabalho morto ou cristalizado, não apenas atuando como transportes ou ferramentas para a difusão das forças sociais, sustentamos a posição de que não somos simplesmente dominados pelos objetos técnicos, podendo, ao invés disso, fabricar (nos) e produzir (nos) objetos e, ao mesmo tempo, a nós mesmos. Portanto, a técnica não é feita apenas de matéria: ela é feita de um conjunto de matéria e de pessoas, cuja geometria muda conforme ela funciona ou não. Tal consideração circunscreve-nos contrários, portanto, à idéia de um sistema técnico que nos dominaria e sobre o qual não teríamos mais o controle. Abre-se, assim, uma linha de reflexão que permite pensarmos numa perspectiva ético-estética pela relação humano-máquinas.

### **III – A “MULTIDÃO”: COMO UM CONCEITO PARA PENSAR A GESTÃO DO TRABALHO**

Aqui, o esforço é dar conta dos processos de gestão através do conceito de multidão, formulado por Antônio Negri e Michael Hardt (2005), como promoção de um território comum da multiplicidade de potências que constituem as corporações.

A multidão é um conjunto de heterogeneidades que, pelo seu funcionamento, atua como um plano de composição de diferentes modos de trabalho, visões de mundo, desejos, concepções estéticas, sexuais e de gênero, enfim, corporificações do “fora”<sup>8</sup> que se encontram num fazer. Então, a provocação e o convite que este conceito nos oferece são no sentido de desenvolvermos formas de gerir o plano de heterogeneidades que compõe cada organização de forma a acolher as diferenças, ou seja, de fomentar modos de fazer e subjetivar de maneira que cada um possa ser recepcionado na sua singularidade e ao mesmo tempo colaborar com os outros em nome de um projeto de produção do novo no trabalho. Não só a proposta que fazemos de uso deste conceito no mundo do trabalho contempla uma forma de associação aberta e acolhedora da singularidade, mas em si mesmo o conceito é aberto, porque é um conceito-acontecimento. Cada multidão que se realiza opera de forma única e irrepetível, na medida das forças que a animam e das virtualidades que possam ser tocadas. Podemos, a partir desta breve apresentação do conceito, já vislumbrar que temos aqui um relevante suporte teórico para pensar e orientar o processo de gestão e, em especial, os modos de operar com equipes, as formas de fazer funcionar os coletivos de trabalho.

O trabalho contemporâneo, pela sua característica de processo social hiperconectado, pode configurar-se como um dos mais vigorosos meios de “produzir” a multidão, como uma rede viva em que os sujeitos são unidos pela diferença

que é atualizada sem que seja possível circunscrever no coletivo o movimento individual de cada um. Assim, ganham visibilidade os movimentos que convergem na composição de uma imagem comum. Esta rede de trabalho pode oportunizar a abertura das fronteiras da produção para marcas singulares, que, na medida em que são afirmadas, testam os limites daquilo que poderá ou não ser comum. Somente no exercício da expressão – seja pelo espaço dado a palavra, seja pela permeabilidade da organização aos diferentes estilos e formas de gestão da defasagem entre o trabalho prescrito e o trabalho real –, através da qual cada um singulariza-se, é que poderá ser forjado o acolhimento da diferença, assim o comum vai sendo produzido na negociação do como fazer no trabalho. Para isso, faz-se necessário um espaço de liberdade e aceitação de certos riscos, o que exige confiança, pois a formação da multidão fundamenta-se na promoção de um laboratório de idéias, de um cenário de investigação e de experimentação.

Assim acionado pela multidão, o trabalho é um empreendimento biopolítico, na medida em que pode fomentar a constituição de uma máquina que modifique a realidade do trabalho reduzido à lógica utilitarista, privatista e voltada para o lucro, garantindo a constituição de uma comunidade que se afete mutuamente na construção de um “espaço público”, que permita a produção de uma experiência de criação coletiva não coibida por hierarquias, nem por fixações neuróticas e burocráticas. Trata-se de acionar a vida pelo o que ela pode realizar pela hibridização de seus entes em suas potências específicas, obtendo-se momentos culminantes de uma experiência laboral coletiva não determinada previamente pelo status dos saberes e nem pelas posições na organização do trabalho, mas pela capacidade de afetar e ser afetado, pela capacidade de afirmação e acolhimento. O sentimento de filiação associado a esta vivência de criação, combinado com a experiência de fazer-se sujeito, é o suporte para a tão sonhada “motivação” e “comprometimento” dos colaboradores.

Nesta máquina, o trabalhador-empendedor entra com tudo, com seu corporeamento – sentir-se parte e fazer parte mobilizando o corpo como dispositivo de resistência à solidão em sua face de impotência, combatendo-a através da possibilidade de estar com o outro de forma a confiar no que se produz no espaço coletivo.

Acreditamos que esta experiência, uma vez vivenciada, não fique restrita ao espaço do trabalho, mas que vem a vazar para a vida de cada sujeito, fomentando uma postura e uma sensibilidade que vai muito além da racionalidade instrumental e utilitarista. Desta forma, o objetivo é a produção de subjetividade em simbiose com a “produção do comum” traçando, através deste território, lealdade, confiança, sagacidade estética e compromisso mútuo.

O produto da ação da multidão no trabalho dirige-se em três sentidos: o do produto, resultado imediato do trabalho (a coisa produzida); o do trabalho modificado, novo processo (provisoriamente) instituído; e o do ato de transformá-lo em parceria (a experiência coletiva de produzir e transformar o processo produtivo). Inventar no trabalho tendo como pressuposto que esse é um espaço aberto à mutação, com base em experiências passadas de cada sujeito agora em multidão, toca não somente na importância do feito (do produto e do proces-

so modificado), mas na sensação de poder concretizar uma expressão de vida comum (desta experiência). Tais virtualidades não podem ser apropriadas por todos, mas por cada um, uma vez que estamos nos referindo a um coletivo que afirma a importância das diferenças para a criação. Trata-se de pensar em diferença convergente e em consenso efêmero.

O entendimento dos coletivos de trabalho a partir do conceito de multidão relaciona-se à visão de construção de democracia direta – e não de democracia representativa, que é refém de maiorias –, baseia-se no compromisso com a formação de redes expansivas e autônomas, sustentando micropolíticas metabolizadas na diversidade. Ou seja, é preciso gerir o trabalho dando existência para a multidão, apostando no poder transformador de uma rede alicerçada pela vivência de novas tecnologias de relacionamento, que integram idéias em um espaço móvel, flexível e não-hierárquico, e que tem como uma referência a Internet.

Segundo Negri e Hardt (2005, p. 412) “A tradição da teoria política segue um princípio fundamental: somente o ‘uno’ pode governar, seja ele o monarca, o Estado, a nação, o povo ou o partido”. Trata-se de algo recorrente, tanto na sociedade como no mundo do trabalho: alguém deve governar e orientar os sujeitos em torno de um objetivo – que normalmente vem de fora –, para que este seja cumprido. Alguém deve responsabilizar-se pelo feito alheio e multiplicidades não podem tomar decisões. A busca, conseqüentemente, é pelo consenso e pela obediência. O uno é alicerce ontológico e intimamente ligado à idéia de comando. Este princípio, portanto, diverge da visão instituinte que tem a multidão como horizonte. Esta nos convida a um não reducionismo à unidade, não podendo ser concebida como corpo social homogêneo, pois não se submete a um pensamento-ação linear. Não se está, portanto, preso à velha dicotomia soberania ou caos, o poder da multidão é forjar um território entre o caos e a ordem, suportando a tensão e fazendo política – não a política do (bio)poder, mas a da (bio)potência.

Mas, como a multidão chega a uma decisão ou como se organiza para um fim? Produzindo uma forma de vida onde o próprio processo decisório é sua forma de ser organizando-se como uma linguagem. Para Negri e Hardt (2005, p. 424):

Todos os elementos de uma linguagem são definidos por suas diferenças uns em relação aos outros e, no entanto, todos eles funcionam juntos. Uma linguagem é rede flexível de significados que se combinam de acordo com regras aceitas numa infinidade de maneiras possíveis. A multidão é como uma linguagem capaz de expressar a si mesma.

Os autores criam uma importante analogia na relação entre *softwares* tradicionais e *softwares* livres para o entendimento do poder decisório da multidão. Nos *softwares* tradicionais o código fonte não está disponível e, portanto, não fornece informações sobre seu funcionamento, de forma que eles são intocáveis. Entretanto, o movimento a favor da abertura dos códigos fonte aposta na possibilidade de que os expondo aos mais variados tipos de programadores, com sua diversidade de necessidades, torna-se possível resolver com mais velocidade e

acuidade um maior número de problemas e assim são produzidos programas mais qualificados e adaptados as linhas de indeterminação que vão surgindo conforme a experiência de uso.

Ao contrário da idéia de autoria individual associada aos softwares gerados de modo privatista, entregá-los à multidão envolve a certeza de que somos mais inteligentes juntos. A questão é que o código fonte aberto não gera confusão e nem desperdício, gera experimentação e colaboração, funcionando efetivamente.

#### IV - FINALIZANDO PELO MEIO

O caminho que desenvolvemos, neste texto, para a construção de uma nova imagem para o trabalho e para o assinalamento de dois modos de existência das tecnologias – tecnologias leves e duras -, está profundamente inspirado em Espinosa, conforme encontramos em Deleuze (2002, p. 129), “toda coisa, [...] define-se pelos agenciamentos de movimentos e de afetos nos quais entra, quer estes agenciamentos sejam artificiais ou naturais”.

Esta inspiração nos impele a convocar as potências do rizoma para a proposição de novos agenciamentos de modos desejantes, que ultrapassem o campo dos possíveis tanto humanos, quanto técnicos, ao mesmo tempo em que superem as formas tradicionais de gestão, baseadas na soberania e na sua lógica binária – lógica que sustentou a implantação da racionalidade instrumental que ainda impera na forma como o trabalho está organizado e prescrito.

O modo de produção capitalista vive um grande impasse – o que cria valor, o que agrega valor ao produto, a inovação, não pode ser produzido pela sua racionalidade instrumental, pois esta não propicia as condições para invenção, na medida em que não proporciona relações sociais e de trabalho adequadas e também não considera uma relação criativa com o universo técnico.

Como um outro caminho, no campo da relação com a técnica, propomos pensar a partir do entremeio humanos-Objetos Técnicos, da riqueza das conexões trabalhadores-máquinas, do *intermezzo* do trabalho prescrito e do trabalho real, e construir vias fundadas nesta perspectiva para o desenvolvimento de novas formas de gestão e de abordagem das relações entre trabalho e subjetividade. Não temos as respostas prontas, mas queremos compartilhar muitas questões e fomentar a proliferação de problemas novos, tais como: quais as implicações deste ponto de vista para a educação no trabalho; para o aperfeiçoamento de técnicas, processos e equipamentos; para o incentivo à criação de novos espaços de expressão dos trabalhadores; para a valorização de formas cognitivas consideradas “menos racionais”, como a imaginação e a intuição; para e invenção de novas formas de divisão do trabalho?

No campo das relações de trabalho, a lógica competitiva, que hoje se expressa em programas de remuneração por produtividade, tem sido o principal instrumento para “motivar” e “engajar”; mas é fácil perceber que está lógica é “anticoletivo”, é “antimultidão”, pois é uma lógica que enfraquece a vida, que despotencializa a criação, pois impede a formação das alianças e o mútuo com-

prometimento-confiança necessário para permitir o surgimento do que é do plano do intensivo, do que só pode ser gerado “no entre”, do que só pode ser criado na interação. Na competição não existe o “qualquer um”, não existe o “entre inclusivo”, na competição existe o “um só” – ou seja, a competição não possibilita a constituição de um território adequado para a multidão.

As condições para que a multidão se constitua é o encontro expansivo entre corpos; o corpo do trabalho em mutação, os corpos em multidão criando e traçando modificações que apontam para formas comuns de expressão. Querer criar em comum é a inclinação necessária para esta experiência que a cada entrada, ou a cada desvio, ou a cada sentimento de oportunidade para a ação de cada um de seus integrantes, irradia mais possibilidades de partilha, acoplamento e expressão. Tal partilha potencializa a singularidade na sua afirmação, revigorando mais uma interferência, instigando para fortalecer a máquina do trabalho instituinte. A própria multidão pode ser concebida como um trabalho sem fim.

## NOTAS

- <sup>1</sup> Emerson Merhy *et al.* (1997) propõe as categorias de “tecnologias duras”, para aquelas centradas em máquinas e instrumentos; “tecnologias leve-duras” para o conhecimento técnico; e “tecnologia leve” para as relações e gestão do trabalho.
- <sup>2</sup> O conceito de autopoiese é cunhado por Maturana e Varela (1980). Há uma oposição entre auto e alopoiese para os autores, estando a primeira relacionada aos seres vivos biológicos e a segunda, às máquinas, as quais buscam seus componentes no exterior delas mesmas.
- <sup>3</sup> Já não se trata mais da clássica “Revolução Proletária”, dirigida por um partido militante, mas da difusão não hierarquizada da resistência, como proliferação molecular da rebelião em “devir revolucionário”.
- <sup>4</sup> Simondon (1989) refere-se à idéia de existência de um ser das máquinas que se faz junto com o humano por um remetimento a uma zona de indeterminação, na qual a máquina se individua, “torna-se” máquina pela via de uma tecnicidade, operada pela criação de um meio associado entre humanos e máquinas.
- <sup>5</sup> Ao referimo-nos à maquinaria tecnológica, pensamos em um modo de operação com as máquinas que convoca uma dimensão cognitiva inventiva, que favorece a criação de si mesmo e de novos modos de trabalhar, enquanto por aparato tecnológico entendemos uma dimensão operatória com as máquinas que convoca, sobremaneira, uma dimensão re-cognitiva a favor da re-afirmação dos processos de trabalho estabelecidos. Assim, é de um entre que se trata: entre aparatos e maquinarias tecnológicas.
- <sup>6</sup> Bergson (1979) afirma “tempo” como sendo duração; substrato da realidade, já que esta consiste em perpétuo devir. Para ele, estamos mudando o tempo todo. Esta mudança, contudo, não corresponde à passagem de um estado a outro, uma vez que se o estado mesmo deixasse de variar, cessaria o fluir de sua duração.
- <sup>7</sup> “A inteligência retém apenas uma série de posições: um ponto primeiramente atingido, depois outro, depois outro. Objeta-se ao entendimento que entre esses pontos se passa qualquer coisa? Ele intercala novas posições, e assim indefinidamente. Ele desvia o olhar da *transição*. [...] Nada de mais natural, se a inteligência é destinada sobretudo a preparar e aclarar nossas ações sobre as coisas. Nossa ação apenas se exerce comodamente sobre pontos fixos; é, então, a fixidez que nossa inteligência busca; ela se pergunta onde o móvel está, onde o móvel estará, onde o móvel passa. Mesmo se ela nota o momento da passagem, mesmo se ela parece então interessar-se pela duração, limita-se a constatar a simultaneidade de duas paradas virtuais: parada do móvel que ela considera e parada de um outro móvel cujo curso, supõe-se, seja o do tempo. Mas é sempre a imobilidades, reais ou possíveis, que ela se relaciona” (BERGSON, 1984, p.103).
- <sup>8</sup> A referência ao fora relaciona-se aqui ao plano do virtual entendido como a insistência daquilo que não é dado. Os possíveis são atualizações do plano virtual. Que haja virtual significa, portanto, que nem tudo é dado e que existe uma instância de potencialidades criadoras.

## REFERÊNCIAS

- BERGSON, H. *A Evolução Criadora*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1979.
- \_\_\_\_\_. *O Pensamento e o Movente*. São Paulo: Abril Cultural, 1984. Coleção Os Pensadores.
- DELEUZE, G. *Espinoza: filosofia prática*. São Paulo: Escuta, 2002.
- DELEUZE, G.; PARNET, C. *Diálogos*. São Paulo: Escuta, 1998.
- GUATTARI, F. *A Paixão das Máquinas*. In: *O Reencantamento do Concreto*. São Paulo: HUCITEC, 2003. p. 39-52. Cadernos de Subjetividade.
- HARDT, M.; NEGRI, A. *Império*. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- \_\_\_\_\_. *Multidão: Guerra e Democracia na era do Império*. Rio de Janeiro: Record, 2005.
- LAZZARATO, M.; NEGRI, A. *Trabalho imaterial: formas de vida e produção de subjetividade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.
- LÉVY, P. *Tecnologias da Inteligência: o futuro do pensamento na era da informática*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1993.
- MATURANA, H.; VARELA, F. J. *Autopoiesis and cognition: the organization of the living*. Boston: Reidel, 1980.
- MERLO, Á. R. C. *Saúde e Trabalho no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: UFRGS, 2004.
- MERHY, E. *et al.* Em busca de ferramentas analisadoras das tecnologias em Saúde. In: MERHY, E.; ONOCKO, R. (Org.). *Agir em Saúde: um desafio para o público*. São Paulo, HUCITEC, 1997. p. 71-112.
- SANTOS, B. de S. *A reinvenção solidária e participativa do Estado*. Seminário Internacional Sociedade e Reforma do Estado. Brasília: Mare, 1998.
- SIMONDON, G. *Du mode d'existence des objets techniques*. Paris: Aubier, 1989.

Recebido em: março de 2008

Aceito em: outubro de 2008

